



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

## EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO Nº 003/2025

O MUNICÍPIO DE CACHOEIRINHA, com sede na Avenida Flores da Cunha, nº. 2209, nesta cidade, CEP 94.910-003, através da Superintendência de Compras e Licitações, torna público para conhecimento dos interessados que se encontra instaurado o processo para **CREDENCIAR INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS INTERESSADAS NA CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS COM CONSIGNAÇÃO EM FOLHA DE PAGAMENTO PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS ATIVOS, INATIVOS E PENSIONISTAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA-RS**, com base na Constituição Federal de 1988, na Lei nº 14.133/2021, e conforme os Anexos deste Edital.

### 1. DA AQUISIÇÃO DO EDITAL

**1.1** O Edital e seus anexos, com as especificações do referido chamamento público, encontram-se à disposição dos interessados através do site da Prefeitura Municipal de Cachoeirinha-RS, <https://cachoeirinha.atende.net>. O mesmo também poderá ser solicitado, sem custo, através do e-mail [compras.administracao@cachoeirinha.rs.gov.br](mailto:compras.administracao@cachoeirinha.rs.gov.br).

### 2. DO OBJETO

**2.1** O presente chamamento público **tem por objeto o CREDENCIAMENTO INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS INTERESSADAS NA CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS COM CONSIGNAÇÃO EM FOLHA DE PAGAMENTO PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS ATIVOS, INATIVOS E PENSIONISTAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA-RS**, nos termos deste Edital e seus anexos.

**2.2** A prestação dos serviços das instituições financeiras credenciadas nos termos deste Edital consistirá na concessão de empréstimos consignados em folha de pagamento aos servidores públicos ativos, inativos e pensionistas da Prefeitura Municipal de Cachoeirinha/RS.

**2.3** O serviço acima enumerado e prestado pelas instituições financeiras credenciadas na forma deste Edital ocorrerá **sem quaisquer ônus ou encargos para o Município**, sendo o contrato firmado com a instituição credenciada para o controle do grau de endividamento em folha de pagamento do servidor público, a título **GRATUITO E NÃO ONEROSO**.

**2.4** O Município de Cachoeirinha não será responsável solidário, nem mesmo garantidor das obrigações financeiras assumidas pelos servidores públicos em decorrência da concessão de empréstimos consignados em folha de pagamento pelas instituições financeiras credenciadas na forma deste edital, obrigando-se apenas e tão somente a:

- a) Manter atualizados os dados cadastrais relativos aos servidores públicos;





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

b) Informar expressamente à Instituição Financeira o valor do saldo da margem consignável do servidor, disponível para a contratação do crédito, através de sistema de controle do grau de endividamento na folha de pagamento, da margem de endividamento do servidor público em folha de pagamento, via web. A adesão da instituição financeira ao sistema ficará a cargo da mesma.

**2.5** O Município de Cachoeirinha também fica isento de qualquer responsabilidade quanto a não efetuação do desconto nos casos em que não se processar o pagamento por força de afastamento ou por qualquer situação funcional que acarrete a exclusão do servidor público da folha.

### 3. DAS INSCRIÇÕES

**3.1** O referido Credenciamento terá suas inscrições abertas a contar da data de publicação do presente Edital no Diário Oficial do Município nas dependências da Superintendência de Compras e Licitações. O período de validade do Credenciamento será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de publicação deste Edital no Diário Oficial do Município.

**3.2** Os documentos das proponentes deverão ser entregues **SOMENTE NA SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES** (Avenida General Flores da Cunha, 2209, Cachoeirinha/RS, 2º piso, sala 40), de segunda a sexta, das 9:00 às 17:00 horas, exceto feriados.

**3.3** A Superintendência de Compras e Licitações analisará todos os pedidos de credenciamento recebidos e dará resposta aos interessados no prazo de 48 horas, a contar do recebimento do envelope com os documentos de habilitação.

**3.4** As interessadas poderão solicitar o seu credenciamento a qualquer tempo, mediante a entrega da documentação necessária e preenchimento das condições previstas neste Edital.

**3.5** Os interessados que atenderem os requisitos de inscrição assinarão Termo de Credenciamento, conforme modelo anexo ao edital. A **SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES** publicará o extrato de todos os credenciamentos no Diário Oficial do Município, em Jornal de Circulação Local e no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP).

**3.6** Estão impedidos de participar deste Credenciamento os interessados que:

**a)** estejam impedidos de licitar ou contratar com a Prefeitura Municipal de Cachoeirinha ou tenha sido declarados inidôneos para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos;

**b)** nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenham sido condenados judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

c) mantenham vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na Superintendência de Compras e Licitações ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

d) Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7 Poderão ser credenciadas instituições financeiras com autorização de funcionamento emitida pelo Banco Central do Brasil que estejam instaladas ou venham a se instalar na Região Metropolitana de Cachoeirinha-RS.

#### 4. DAS SOLICITAÇÕES DE ESCLARECIMENTOS

4.1 Solicitações de esclarecimentos e comunicações entre interessados deverão ser encaminhadas através do e-mail [compras.administracao@cachoeirinha.rs.gov.br](mailto:compras.administracao@cachoeirinha.rs.gov.br).

#### 5. DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

5.1 Os documentos para credenciamento deverão ser apresentados em **envelope fechado**, rubricados, datilografados ou digitados, em língua portuguesa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, preferencialmente organizadas por ordem de exigência e as páginas numeradas.

5.2. No sobrescrito do envelope a Solicitante mencionará:

À PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA  
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES / Av. Flores da Cunha, 2209,  
Cachoeirinha/RS

**DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO – CHAMAMENTO PÚBLICO/CREDENCIAMENTO  
nº. 003/2025**

**RAZÃO SOCIAL DA SOLICITANTE:**

**CNPJ DA SOLICITANTE:**

**ENDEREÇO:                      TELEFONE:                      E-MAIL:**





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

**5.3** O envelope deverá estar acompanhado do **REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO**, em papel timbrado da empresa e firmada por quem de direito a represente, o qual deverá ser apresentado **fora e separadamente do envelope**, ficando arquivado nos autos do processo.

**5.4** As credenciadas poderão se fazer representar, seja por seus representantes legais qualificados, seja por prepostos devidamente credenciados para execução dos atos que especificar o Requerimento de Credenciamento, o qual deverá ser entregue na SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES, quando da entrega dos envelopes.

**5.5** Os documentos poderão ser apresentados em ORIGINAL, ou por qualquer processo de CÓPIA AUTENTICADA em cartório competente ou por servidor da Administração, desde que perfeitamente legível, publicação em órgão da Imprensa Oficial, ou ainda, documentos emitidos digitalmente que sejam passíveis de verificação de sua autenticidade.

**5.6** Caso sejam apresentados documentos em cópias não autenticadas, exigir-se-á a apresentação dos originais, para que seja feita a autenticidade por servidor público.

**5.7** NÃO SERÃO ACEITOS DOCUMENTOS IMPRESSOS COM ASSINATURA DIGITAL, DIGITALIZADA OU ESCANEADA, cuja autenticidade não possa ser verificada.

**5.9** Os documentos de habilitação deverão atender a todas as exigências atribuídas por este Edital e seus anexos, implicando qualquer descumprimento por parte de uma licitante na sua inabilitação.

**5.10** Serão observadas para habilitação, e posterior contratação, as regras deste Edital, da Lei nº 14.133/2021, bem como todos os atos normativos que venham a ser editados sobre a matéria.

**5.11** Não serão aceitos documentos:

a) Transmitidos em qualquer formato que descaracterize o sigilo de seu conteúdo, como por exemplo, via correio eletrônico, processo digital, envelope aberto, etc.

b) Que deixarem de atender, de qualquer forma, as disposições deste Edital.

**5.12** As certidões que não indicarem a data de validade só serão aceitas se emitidas nos últimos 60 (sessenta) dias anteriores à data da sessão de abertura.

**5.13** Os interessados deverão apresentar para fins de habilitação os documentos numerados sequencialmente e rubricados, em envelopes lacrados, com o nome do proponente, os quais deverão externamente conter a indicação de que se trata de documentação necessária à habilitação do Edital de Chamamento Público, da forma prevista no item 5.2 deste Edital.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

## 6. DA DOCUMENTAÇÃO

**6.1.** Os documentos de Habilitação deverão ser entregues na Superintendência de Compras e Licitações da Prefeitura, sito à Avenida General Flores da Cunha, nº 2209 – Vila Cachoeirinha, das 09h às 17h. **Os documentos deverão estar acompanhados do Requerimento de Credenciamento em papel timbrado da licitante, assinado por seu responsável legal, o qual deverá ser apresentado dentro do envelope.**

**6.1.1** As licitantes poderão ainda entregar sua documentação enquanto perdurar a vigência deste processo de credenciamento.

**6.2 – No envelope, referente à habilitação, deverão constar os seguintes documentos:**

**6.2.1** Contrato Social ou Estatuto Social e alterações em vigor devidamente registrados na Junta Comercial do Estado ou no Cartório, que conste, dentro de seus objetivos a prestação dos serviços indicados no presente Edital;

**6.2.2** Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

**6.2.3** Prova de regularidade com as **Fazendas Municipal, Estadual e Federal** que contemple as contribuições sociais previstas nas alíneas “a” a “d” do parágrafo único do Art. 11 da Lei Federal nº 8.212 de 24 de julho de 1991, que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria certidão;

**6.2.4** Certificado de Regularidade junto ao **FGTS** que esteja dentro do prazo de validade;

**6.2.5** Prova de inexistência de débitos perante a Justiça do Trabalho (**CNDT**) e Certidão Negativa de Débitos Previdenciários (**INSS**);

**6.2.6** Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias da data de apresentação do documento;

**6.2.7** Declaração do Banco Central do Brasil de que a instituição financeira está em pleno uso e gozo de suas atividades e não se encontra em processo de liquidação extrajudicial ou cópia do certificado de autorização de funcionamento expedido pelo Banco Central do Brasil;

**6.2.8** Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal da sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objetivo contratual;

**6.2.9 Declarações da empresa**, firmada pelos sócios e/ou diretores da instituição: **a)** de que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório; **b)** de que está cumprindo o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal; **c)** de que comunicará qualquer fato Superveniente





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Impeditivo e que concorda com todas as condições do Edital e seus anexos; **d)** de que não possui em seu quadro de pessoal, qualquer servidor efetivo ou comissionado ou empregado/contratado do Poder Executivo do Município de Cachoeirinha, exercendo funções técnicas, gerenciais, comerciais, administrativas ou societárias; **e)** de que não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a administração pública; **f)** inexistência de sanções impeditivas de contratar com a Administração Pública; **g)** cumprimento das normas de proteção de dados (LGPD – Lei nº 13.709/2018) e compromisso de confidencialidade das informações;

**6.2.10** Termo de Credenciamento devidamente preenchido, conforme modelo (Anexo III);

**6.3** A instituição financeira deverá apresentar proposta formal contendo:

**6.3.1** Taxas de juros para operações de crédito consignado, compatíveis com as praticadas no mercado, devendo ser especificados os percentuais máximos a serem praticados durante a vigência do credenciamento;

**6.3.2** Prazos máximos e condições gerais para contratação dos empréstimos consignados;

**6.3.3** Descrição dos canais de atendimento, presenciais e digitais, e estrutura operacional disponível para atendimento aos servidores;

**6.3.4** Modelo de fluxo operacional para envio de informações de consignação em folha, conforme layouts e regras estabelecidas pela administração.

**6.4** Após análise da documentação e da proposta, caso a instituição seja inabilitada, a mesma poderá apresentar recurso administrativo nos termos do artigo 165 da Lei nº 14.133/2021.

## 7. DO PROCEDIMENTO DO CREDENCIAMENTO

**7.1** Recebidos os envelopes de documentos, a Superintendência de Compras e Licitações fará à apreciação dos mesmos, conforme previsto no item 3.3 deste Edital.

**7.2** Todas as empresas que apresentarem os documentos de acordo com as exigências editalícias serão credenciadas a fim de executarem os serviços que são objeto deste Edital e seus Anexos, sendo que:

**7.2.1** Caberá ao usuário (servidor público municipal) escolher com qual credenciada fará a operação de crédito consignado, mediante análise feita pelo próprio usuário das taxas e condições oferecidas pelas instituições financeiras credenciadas, sendo de única e exclusiva responsabilidade do servidor essa escolha;

**7.2.2** As parcelas dos empréstimos consignados serão descontadas em folha de pagamento dos servidores, devendo ser sucessivas e de acordo com o seu consumo ou contratação do serviço;







ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

**7.3** Todos os interessados em prestar serviços, objeto deste Edital, deverão participar do chamamento público, **inclusive os interessados que já prestam serviços para a Prefeitura de Cachoeirinha.**

**7.4** Serão impedidos de participar do presente chamamento público as empresas suspensas do direito de licitar com o município de Cachoeirinha, no prazo e nas condições da suspensão, as empresas que tenham sido declaradas inidôneas pela Administração Pública direta ou indireta, municipal, estadual ou federal e/ou que estiverem em regime de falência ou concordata.

## **8. DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA**

**8.1** A Credenciada deve cumprir integralmente as condições estabelecidas no Edital de Credenciamento, no Termo de Referência e no Termo de Credenciamento assinado com a Administração Municipal;

**8.2** A credenciada deverá providenciar o convênio com a ASSOCIAÇÃO DE BANCOS - ASBAN, ou outra que venha a substituir a atual responsável pela operação do sistema de controle do grau de endividamento em folha de pagamento dos servidores municipais ativos de gestão de margem consignável, já em uso pela Prefeitura Municipal de Cachoeirinha-RS.

**8.3** A Credenciada deverá manter-se habilitada junto aos respectivos órgãos de fiscalização da sua categoria, sob pena de rescisão contratual.

**8.4** A Credenciada deve manter durante toda a vigência do credenciamento autorização de funcionamento válida emitida pelo Banco Central do Brasil;

**8.5** A Credenciada será responsável por todos os encargos fiscais, previdenciários, trabalhistas e por assinar a carteira de seus funcionários e das pessoas subordinadas a ele e envolvidas no atendimento, isentando integralmente o Município.

**8.6** A Credenciada deverá responder, integralmente, pelas perdas e danos que vier a causar ao MUNICÍPIO DE CACHOEIRINHA-RS ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações legais a que estiver sujeita;

**8.7** A Credenciada deverá assumir todos os tributos que incidam ou venham a incidir sobre o objeto deste Edital, correndo por sua conta exclusiva a quitação desses tributos.

**8.8** A instituição financeira credenciada deverá avaliar as solicitações para contratação do serviço, decidindo acerca de sua aprovação, respeitando a legislação vigente;

**8.9** A instituição financeira credenciada deverá disponibilizar atendimento eficaz, com todas as informações necessárias para a avaliação do interesse na contratação das operações de empréstimos consignados;

**8.10** A instituição financeira credenciada deverá comunicar a Prefeitura, formalmente por escrito, qualquer alteração no número da agência e da conta na qual deverão ser depositados os valores descontados dos servidores por força da consignação em pagamento;





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

**8.11** Para obtenção do termo de credenciamento, a Prefeitura se compromete a fornecer à instituição financeira credenciada as informações sobre a margem disponível para a realização da consignação em pagamento relativa a cada crédito consignado solicitado confirmando, no mesmo prazo, a realização da consignação em sua folha de pagamento;

**8.12** A Credenciada deverá observar o limite previsto em legislação própria aplicável ao município;

**8.13** A Credenciada deve ter atendimento presencial no Município de Cachoeirinha ou na Região Metropolitana de Porto Alegre, em local de fácil acesso e canais digitais funcionais (aplicativo ou plataforma eletrônica) e canal de ouvidoria acessível aos servidores.

**8.14** A Credenciada deve oferecer aos servidores ativos, inativos e pensionistas taxas de juros compatíveis com as praticadas no mercado, respeitando as condições apresentadas no momento do credenciamento;

**8.15** A Credenciada deve ter condições de contratação transparentes, incluindo informações claras sobre custos, prazos e encargos;

**8.16** A Credenciada deve ter atendimento adequado, cordial e eficiente, sem qualquer prática de assédio ou indução forçada à contratação.

**8.17** A Credenciada deve garantir a proteção e confidencialidade dos dados pessoais e bancários dos servidores, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei nº 13.709/2018), adotando medidas de segurança técnicas e administrativas eficazes;

**8.18** A Credenciada deve abster-se de realizar contato direto indevido com servidores públicos para oferta de produtos ou serviços, salvo quando solicitado expressamente pelo interessado, sob pena descredenciamento;

**8.19** A Credenciada deve cumprir integralmente a legislação aplicável, incluindo:

**8.19.1** Normas do Banco Central do Brasil;

**8.19.2** Lei nº 14.133/2021;

**8.19.3** Código de Defesa do Consumidor e demais regulamentos correlatos.

**8.20** A Credenciada deve fornecer à Administração Municipal, sempre que solicitado:

**8.20.1** Relatórios periódicos contendo informações sobre operações de crédito realizadas, taxas aplicadas, prazos contratados e volume de atendimento;

**8.20.2** Comprovação de funcionamento regular dos canais de atendimento e ouvidoria.

**8.21** A Credenciada deve responsabilizar-se integralmente pelos custos operacionais, logísticos, técnicos e administrativos relacionados à execução dos serviços de concessão de crédito consignado, sem qualquer ônus para Administração.

**8.22** A Credenciada deve adotar práticas de compliance, integridade e ética corporativa, mantendo código de conduta interna ou programa equivalente, em consonância com orientações da Controladoria-Geral da União (CGU) e dos Tribunais de Contas.







ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

**8.23** A Credenciada deve assinar todos os termos, declarações e documentos exigidos neste Edital e manter atualizados os documentos comprobatórios de habilitação durante toda a vigência do credenciamento.

## **9. DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIANTE**

**9.1** Além das obrigações resultantes da observância da Lei nº 14.133/21, e legislação correlata, são obrigações da Credenciante:

**9.1.1** Exercer a fiscalização dos serviços por servidores especialmente designados e documentar as ocorrências havidas, na forma prevista na Lei nº 14.133/21.

**9.1.2** Divulgar e manter atualizado, em seu portal eletrônico oficial, o edital de credenciamento, anexos, relação das instituições financeiras credenciadas e eventuais alterações ou comunicados pertinentes. Garantindo a transparência do procedimento;

**9.1.3** Disponibilizar às instituições financeiras credenciadas:

**9.1.3.1** Informações técnicas e fluxos operacionais necessários à efetiva integração do sistema de consignação em folha de pagamento;

**9.1.3.2** Layouts de arquivos, prazos e rotinas de envio de dados, conforme normas internas da Administração.

**9.1.4** Proporcionar à Credenciada as facilidades necessárias a fim de que possa desempenhar normalmente os serviços.

**9.1.5** Prestar aos funcionários da Credenciada todas as informações e esclarecimentos necessários à execução dos serviços objeto do credenciamento.

**9.1.6** Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Credenciada, inclusive quanto à continuidade da prestação dos serviços, que, ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos pela Credenciante, não deve ser interrompida.

**9.1.7** Não permitir que a mão de obra disponibilizada pela credenciada execute tarefas em desacordo com as preestabelecidas neste Instrumento.

**9.1.8** Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do credenciamento, e, em especial, na aplicação à Credenciada de sanções e alterações do Contrato, quando se fizerem necessárias.

**9.1.9** Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias.

**9.1.10** A Prefeitura deverá informar a Credenciada, por meio de sistema ou diretamente, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, qualquer alteração que ocorra em relação à situação dos servidores que possa comprometer a consignação em folha de pagamento;

**9.1.11** A Prefeitura deverá informar a Credenciada, por meio de sistema ou diretamente, os servidores excluídos da consignação por motivo de exoneração, vacância, inatividade, falecimento, ou qualquer outra situação que, temporária ou definitivamente, impossibilite a consignação em folha de pagamento, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis da referida exclusão;





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

**9.1.12** A Prefeitura deverá receber e processar as informações prestadas pela Credenciada, identificando e efetuando a consignação ou, eventualmente, justificar o motivo da não realização da consignação, no prazo acordado;

**9.1.13** A Prefeitura deverá informar a Credenciada, por meio de sistema ou diretamente, mensalmente e no prazo a ser acordado, as informações sobre os descontos processados e efetuados das parcelas por meio de envio dos arquivos;

**9.1.14** A Prefeitura deverá depositar em favor da Credenciada os valores descontados dos servidores por conta da consignação até o dia 10 de cada mês;

**9.1.15** As consignações em folha somente poderão ser suspensas ou canceladas com a prévia e expressa anuência da Credenciada, salvo por força de decisão judicial, hipóteses específicas previstas na legislação vigente ou em regulamento próprio;

**9.1.16** O presente termo de credenciamento será executado sem qualquer custo para a Prefeitura;

**9.1.17** As consignações em folha de pagamentos realizadas nos termos deste termo de credenciamento não implicam responsabilidade da Prefeitura por dívida, inadimplência, desistência ou pendência de qualquer natureza assumida pelos servidores perante a Credenciada por conta da concessão de crédito consignado, salvo em relação aos valores retidos e não repassados;

**9.1.18** Garantir a proteção dos dados pessoais dos servidores, observando as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei nº 13.709/2018), de modo que as informações transmitidas às instituições credenciadas sejam restritas ao necessário para a execução dos contratos de consignação;

**9.1.19** Adotar medidas administrativas cabíveis em caso de descumprimento das obrigações por parte das instituições credenciadas, aplicando as penalidades previstas neste edital e no Termo de Credenciamento, assegurando o contraditório e a ampla defesa.

**9.1.20** Prestar esclarecimentos e apoio técnico às instituições credenciadas sempre que necessário, visando ao correto funcionamento do processo de consignação em folha de pagamento.

## **10. DO PRAZO, PRORROGAÇÃO E MODELO DE GESTÃO DA CONTRATAÇÃO**

**10.1** O prazo de validade deste Edital de Credenciamento será 12 (doze) meses.

**10.2** Os serviços serão prestados no decorrer de 12 (doze) meses a contar da assinatura do Termo de Credenciamento, podendo ser prorrogados pelos períodos de 12 meses até atingir 60 meses, mediante termo aditivo.

**10.3** A gestão e fiscalização do objeto serão realizadas pelos servidores abaixo, conforme o disposto no Decreto Municipal nº 7.685/2023, nos termos do art. 92, XVIII, DA Lei Federal nº 14.133/2021.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

**Gestão:**

Gestor: Julian Bielemann Gravina

Matrícula: 14084

Departamento: Financeiro/Contratos

**Fiscalização:**

Nome: Karine Scoti

Matrícula: 15094-1

10.4 A atividade de gestão e fiscalização não exclui ou reduz a responsabilidade da empresa credenciada, que é total e irrestrita em relação ao objeto executado, inclusive perante terceiros, respondendo a mesma por qualquer falta, falha, problema, irregularidade ou desconformidade observada na execução dos serviços.

**11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES:**

**11.1.** O CREDENCIADO cometerá infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, e do Decreto Municipal nº 7589, de 2022, se realizar as seguintes condutas:

- a) der causa à inexecução parcial do serviço;
- b) der causa à inexecução parcial do serviço que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do serviço;
- d) ensejar o retardamento da execução do objeto do credenciamento sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do serviço;
- f) praticar ato fraudulento na execução do serviço;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**11.2.** Serão aplicadas ao CREDENCIADO se incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

**I) ADVERTÊNCIA**, como instrumento de diálogo e correção de conduta, nas seguintes hipóteses, quando não se justificar a aplicação de penalidade mais grave:

- I.1** – descumprimento, de pequena relevância, de obrigação legal ou contratual;
- I.2** – inexecução parcial de obrigação contratual de pequena relevância, a critério da Administração.

**II)** A sanção de **IMPEDIMENTO DE LICITAR** e **CONTRATAR**, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, será aplicada ao CONTRATADO, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, se:





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

**II.1** – der causa à inexecução parcial do serviço que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, pelo período de um a dois anos.

**II.2** – dar causa à inexecução total do serviço, pelo prazo máximo de três anos.

**II.3** – deixar de entregar a documentação exigida para o certame, pelo prazo máximo de seis meses.

**II.4** – não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, pelo prazo máximo de um ano.

**II.5** – não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, pelo prazo máximo de um ano.

**II.6** – ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto do CREDENCIAMENTO sem motivo justificado, pelo prazo máximo de um ano.

**III)** A sanção de **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE** para licitar ou contratar, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, será aplicada ao CREDENCIADO se:

**III.1** – apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

**III.2** – fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

**III.3** – comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

**III.4** – praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

**III.5** – praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**IV)** A multa será aplicada observando-se os seguintes parâmetros:

**IV.1** – Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

**IV.2** – Compensatória, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 1% (um por cento) do valor contratado, se o CREDENCIADO:

**a)** deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

**b)** não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

**IV.3** – Compensatória, de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) do valor estimado para a contratação, quando o CREDENCIADO não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**IV.4** – Compensatória, de 6% (seis por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor contratado, em caso de recusa do adjudicatário em efetuar o reforço de garantia contratual;

**IV.5** – Compensatória, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela do objeto não executada, em caso de inexecução parcial do contrato;





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

**IV.6** – Compensatória, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor contratado, em caso de:

- a) apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para a execução do contrato;
- b) fraude à licitação ou prática de ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportamento inidôneo ou fraude de qualquer natureza;
- d) prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- e) prática de ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º/08/2013;
- f) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- g) dar causa à inexecução total do objeto do contrato.

**11.3.** Para os fins da aplicação das sanções previstas neste instrumento, considera-se inexecução total do contrato:

I – Recusa injustificada de cumprimento integral da obrigação contratualmente determinada;

II – Recusa injustificada do adjudicatário em assinar o termo de credenciamento no prazo estabelecido pela Administração;

**11.4.** Para os fins da aplicação da sanção de advertência considera-se pequena relevância o descumprimento de obrigações ou deveres instrumentais ou formais que não impactam objetivamente na execução do contrato, bem como não causem prejuízos à Administração.

**11.5.** A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Município.

**11.6.** Todas as sanções previstas neste Edital poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

**11.7.** Para aplicação de qualquer penalidade contratual, é imprescindível a prévia instauração de processo administrativo sancionatório, assegurando-se o contraditório e ampla defesa, e observadas as disposições do Decreto Municipal nº 7589, de 27/12/2023, em especial a apresentação de defesa prévia escrita no prazo de 15 dias úteis do recebimento da notificação.

**11.8.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Município ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**11.9.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada, preferencialmente por meio eletrônico, pela autoridade competente.

**11.10.** Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**11.11.** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

**11.12.** O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

**11.13.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

## **12. DA ANULAÇÃO, REVOGAÇÃO E DESCRENCIAMENTO**

**12.1** O edital de credenciamento poderá ser anulado, a qualquer tempo, em caso de vício de legalidade, ou revogado, por motivos de conveniência e de oportunidade da administração.

**12.1.1** Na hipótese de anulação do edital de credenciamento, os instrumentos que dele resultaram ficarão sujeitos ao disposto nos art. 147 ao art. 150 da Lei nº 14.133, de 2021.

**12.2.** A revogação do edital de credenciamento não repercutirá nos instrumentos já celebrados que dele resultaram.

**12.3.** O CREDENCIANTE poderá realizar o descredenciamento quando houver:

I - pedido formalizado pelo credenciado;

II - perda das condições de habilitação do credenciado;

III - descumprimento injustificado do contrato pelo contratado; e

IV - sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade superveniente ao credenciamento.

**12.3.1.** O pedido de descredenciamento de que trata o inciso I do item 12.3 não desincumbirá o credenciado do cumprimento de eventuais contratos assumidos e das responsabilidades deles decorrentes.







ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

**12.3.2.** Nas hipóteses previstas nos incisos II e III, além do descredenciamento, deverá ser aberto processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, para possível aplicação de penalidade, na forma estabelecida na legislação.

**12.3.3.** Se houver a efetiva prestação de serviços ou o fornecimento dos bens, os pagamentos serão realizados normalmente, até decisão no sentido de rescisão contratual, caso o fornecedor não regularize a sua situação.

### **13. DAS PROPOSIÇÕES GERAIS**

**13.1** A Credenciada habilitada terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para assinar o Termo de Credenciamento, sob pena da perda do direito ao objeto deste edital.

**13.2** À Prefeitura fica assegurado o direito de, no interesse do Município, revogar ou anular o presente processo de credenciamento, sem que caibam aos licitantes quaisquer direitos a reclamações ou indenizações.

**13.3** A Prefeitura poderá, a qualquer tempo, realizar pesquisa de satisfação dos usuários atendidos, bem como aplicar qualquer instrumento de avaliação da qualidade do atendimento prestado.

**13.4** Os casos omissos deverão ser avaliados por uma Equipe Técnica composta de profissionais da Secretaria Municipal de Educação e da Prefeitura, a qual será responsável por buscar referências na literatura administrativa em Educação.

**13.5** Aplicam-se ao presente edital de credenciamento os dispositivos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e suas alterações.

**13.6** É parte integrante deste Edital os seguintes anexos:

ANEXO I – MINUTA DO TERMO DE CREDENCIAMENTO

ANEXO II – MODELO DE DECLARAÇÕES

ANEXO III – REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO

ANEXO IV – TERMO DE REFERÊNCIA

Cachoeirinha, 20 de Fevereiro de 2026.

Claudiane Troian Riboli  
Responsável pela Elaboração do Edital  
Portaria 2.645/2025

Jussara Maria da Silva  
Prefeita interina

